



Governo Municipal

**UMARI**

tempo de continuar crescendo

**MENSAGEM Nº 016 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 016, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.**

Excelentíssimo Senhor Presidente;

Ilustres Vereadores e vereadoras.

CÂMARA MUNICIPAL DE UMARI/CE  
RECEBIDO EM 05/11/2025  
JOÃO LEÔNIDAS FERREIRA DOS SANTOS  
AGENTE ADMINISTRATIVO  
PORTARIA N. 015/2022

Ao passo que cumprimento-os cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência e aos seus dignos pares o presente Projeto de Lei Complementar, que tem por objetivo criar a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social – SMSPDS, estabelecer sua estrutura organizacional, instituir o Fundo Municipal e o Conselho Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, submeter a Guarda Municipal à estrutura da SMSPDS, e dar outras providências correlatas.

O presente Projeto de Lei Complementar foi elaborado após análise das necessidades do Município na área de segurança pública, considerando a crescente demanda por políticas públicas integradas e eficazes para enfrentamento da violência e criminalidade, bem como para o fortalecimento da proteção civil e defesa social em nossa cidade.

A criação da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social representa um marco importante na modernização da gestão municipal, reunindo sob uma única pasta todas as competências relacionadas à segurança pública municipal, incluindo a coordenação da Guarda Municipal e o desenvolvimento de políticas preventivas e a articulação com os demais órgãos de segurança que atuam no território municipal.

A estrutura proposta para a SMSPDS contempla órgãos especializados que permitirão uma atuação mais eficiente e coordenada, compreendendo o Gabinete do Secretário com suas assessorias especializadas, coordenações técnicas, além da incorporação da Guarda Municipal com toda sua estrutura funcional mantida.

A criação do Fundo Municipal de Segurança Pública e Defesa Social – FUMSEP assegurará o financiamento adequado das políticas de segurança, permitindo



Governo Municipal

**UMARI**

tempo de continuar crescendo

investimentos em equipamentos, capacitação, infraestrutura e programas preventivos, com gestão transparente e fiscalização pelo Conselho Municipal.

A subordinação da Guarda Municipal à nova Secretaria promoverá maior integração e coordenação das ações de segurança, mantendo todas as prerrogativas, competências e estrutura organizacional já estabelecidas na legislação específica, apenas aprimorando os mecanismos de gestão e supervisão.

Esta reestruturação está alinhada com as melhores práticas de gestão pública em segurança, observando as diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP e promovendo a integração entre os diversos atores que atuam na área de segurança em nosso Município.

Pelo exposto, rogo aos nobres Edis, nos termos do Regimento Interno desta Casa, pela apreciação, votação, e aprovação da presente Lei, haja vista o interesse público social presente na propositura.

Certo do pronto atendimento, elevo votos de estima e consideração a esta Augusta Casa Legislativa.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, AOS 05 DE NOVEMBRO DE 2025.**

  
**ALEX SANDRO RUFINO FERREIRA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**





Governo Municipal

**UMARI**

tempo de continuar crescendo

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 016, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

“INSTITUI A SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SMSPDS, ESTABELECE SUA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL E O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, SUBMETE A GUARDA MUNICIPAL À ESTRUTURA DA SMSPDS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Excelentíssimo Prefeito Constitucional do Município de Umari-CE, o Sr. **Alex Sandro Rufino Ferreira**, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele Sanciona e Promulga a seguinte Lei Complementar.

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** - Esta Lei Complementar institui a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social – SMSPDS do Município de Umari, Ceará, estabelece sua estrutura organizacional, competências e atribuições, institui o Fundo Municipal de Segurança Pública e Defesa Social – FUMSEP, cria o Conselho Municipal de Segurança Pública e Defesa Social – CONSEG, submete a Guarda Municipal à estrutura da SMSPDS, e dispõe sobre outras providências correlatas.

**Art. 2º** - A Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social é órgão da administração direta do Poder Executivo Municipal, responsável pela formulação, implementação, coordenação, supervisão e avaliação das políticas públicas municipais de segurança pública, defesa social, proteção civil, preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio no âmbito de competência municipal.

**Parágrafo único.** Compete à Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social:

I – Formular, coordenar, implementar, e executar a política municipal de segurança pública em articulação com as políticas estadual e federal;

II – Coordenar ações de prevenção e repressão à violência e criminalidade no âmbito municipal;



Governo Municipal

**UMARI**

tempo de continuar crescendo

- III – Promover a segurança do patrimônio público municipal e a proteção dos serviços e instalações municipais;
- IV – Coordenar as ações de proteção e defesa civil no Município;
- V – Desenvolver programas de prevenção social da violência e promoção da cultura da paz;
- VI – Fomentar a participação comunitária e o controle social nas políticas de segurança pública;
- VII – Articular-se e se integrar com órgãos de segurança pública das esferas estadual e federal;
- VIII – Supervisionar e coordenar as atividades da Guarda Municipal;
- IX – Promover a capacitação e o aperfeiçoamento dos agentes de segurança pública municipal;
- X – Gerenciar sistemas de monitoramento e videomonitoramento urbano;
- XI – Desenvolver estudos, pesquisas e diagnósticos sobre segurança pública municipal;
- XII – Exercer outras atribuições correlatas e afins à área de segurança pública e defesa social.

## CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

**Art. 3º** - A Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social - SMSPDS fica instituída com a seguinte estrutura organizacional:

- I – Gabinete do Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, e do Secretário Municipal Adjunto de Segurança Pública e Defesa Social;
  - a) Assessoria Especial;
  - b) Assessoria de Projetos em Segurança e Defesa Social;
  - c) Corregedoria dos Órgãos de Segurança Pública e Defesa Social;
  - d) Guarda Municipal;
  - e) Coordenadoria de Treinamento e Aperfeiçoamento das Forças de Segurança Municipal;
  - f) Coordenador Especial de Apoio Administrativo.

**Parágrafo único.** A Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social será dirigida pelo Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, e seu Secretário





Municipal Adjunto, agentes políticos nomeados em comissão e de livre escolha da Chefia do Poder Executivo Municipal.

### **Seção I**

#### **Do Secretário Municipal e Secretário Municipal Adjunto de Segurança Pública e Defesa Social**

**Art. 4º** - Compete ao Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, e subsidiariamente ao Secretário Municipal Adjunto:

- I – Supervisionar, coordenar, orientar, dirigir e fazer executar os serviços da SMSPDS, de acordo com o planejamento geral da administração municipal;
- II – Assessorar a Chefia do Poder Executivo na formulação e implementação da política municipal de segurança pública e defesa social;
- III – Expedir instruções para execução das leis e regulamentos relacionados à segurança pública municipal;
- IV – Apresentar a proposta parcial para elaboração do orçamento e os relatórios dos serviços da SMSPDS;
- V – Comparecer à Câmara Municipal, dentro dos prazos regulamentares, quando convocado para prestar informações pessoalmente;
- VI – Delegar atribuições aos seus subordinados;
- VII – Referendar os atos da Chefia do Poder Executivo Municipal que digam respeito a temas e projetos afetos à SMSPDS;
- VIII – Assessorar a Chefia do Poder Executivo Municipal em assuntos de competência da SMSPDS;
- IX – Autorizar a realização de despesas, observando os limites previstos na legislação específica;
- X – Celebrar convênios, contratos, ajustes, acordos e atos similares com instituições públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais, mediante delegação da Chefia do Poder Executivo Municipal, bem como acompanhar sua execução e propor alterações dos seus termos ou sua denúncia;
- XI – Expedir portarias e demais atos administrativos relativos a assuntos da SMSPDS;
- XII – Orientar, supervisionar e avaliar as atividades das entidades que lhe são vinculadas;
- XIII – Aprovar os planos, programas, projetos, orçamentos e cronogramas de execução e desembolso da SMSP;





Governo Municipal

**UMARI**

tempo de continuar crescendo

- XIV – Promover medidas destinadas à obtenção de recursos objetivando a implantação dos programas de trabalho da SMSPDS;
- XV – Coordenar o processo de implantação e acompanhamento do Planejamento Estratégico na SMSPDS;
- XVI – Apresentar à Chefia do Poder Executivo Municipal o Plano Estratégico da SMSPDS;
- XVII – Sugerir à Chefia do Poder Executivo a constituição de comissões consultivas formadas por especialistas ou grupos de trabalho, mediante portaria que disporá sobre sua competência e duração;
- XVIII – Apresentar periodicamente, ou quando lhe for solicitado, relatório de sua gestão à Chefia do Poder Executivo Municipal, indicando os resultados alcançados;
- XIX – Praticar atos pertinentes às atribuições que lhe forem delegadas pela Chefia do Poder Executivo Municipal;
- XX – Encaminhar à Chefia do Poder Executivo Municipal anteprojetos de leis, decretos ou outros atos normativos elaborados pela SMSPDS;
- XXI – Exercer demais atribuições correlatas e afins ao fiel desempenho do cargo.

## Seção II

### Do Gabinete do Secretário

**Art. 5º** - Compete ao Gabinete do Secretário de Segurança Pública e Defesa Social prestar assistência direta e imediata ao titular da pasta no desempenho de suas atribuições, coordenando as atividades administrativas, a comunicação institucional e o relacionamento com órgãos internos e externos.

**Art. 6º** - A Assessoria Especial tem como função prestar assessoramento técnico e estratégico de alto nível ao Secretário, auxiliando na formulação de políticas públicas, na tomada de decisões e no acompanhamento de projetos prioritários da gestão de segurança pública e defesa social.

**Art. 7º** - Fica criado, no âmbito da SMSPDS, o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial, de livre nomeação e exoneração da Chefia do Poder Executivo, remunerado pelo símbolo CC III, tendo as seguintes atribuições:

I – Fornecer suporte técnico e estratégico para a tomada de decisões, realizando análises e propondo soluções para demandas da SMSPDS;





Governo Municipal

**UMARI**

tempo de continuar crescendo

II – Representar o Secretário em reuniões, eventos e articulações institucionais quando designado;

III – Monitorar a execução dos programas e projetos da SMSPDS, garantindo alinhamento com as diretrizes estabelecidas;

IV – Elaborar relatórios, pareceres e documentos estratégicos para subsidiar a atuação da SMSPDS;

V – Apoiar a gestão da comunicação institucional da SMSP, auxiliando na construção de discursos, notas oficiais e pronunciamentos do Secretário;

VI – Intermediar demandas da sociedade, atendendo solicitações e garantindo transparência na comunicação da SMSP;

VII – Exercer outras atribuições correlatas.

**Art. 8º** - A Assessoria de Projetos em Segurança e Defesa Social tem como competência coordenar e acompanhar iniciativas estratégicas destinadas ao desenvolvimento e modernização das políticas de segurança pública, promovendo a articulação interinstitucional e a captação de recursos para implementação de projetos inovadores na área de segurança e defesa social.

**Art. 9º** - Fica criado, no âmbito da SMSPDS, o cargo de provimento em comissão de Assessor de Projetos em Segurança e Defesa Social, de livre nomeação e exoneração da Chefia do Poder Executivo, remunerado pelo símbolo CC III, tendo as seguintes atribuições:

I – Coordenar e acompanhar projetos especiais voltados à modernização e inovação na área de segurança pública e defesa social;

II – Criar mecanismos de acompanhamento e avaliação da eficácia dos projetos especiais;

III – Monitorar indicadores de desempenho dos projetos e propor ajustes quando necessário;

IV – Coordenar iniciativas inovadoras que impulsionam a eficiência dos serviços de segurança pública;

V – Trabalhar em conjunto com outras Secretarias para garantir a implementação de projetos estratégicos;

VI – Monitorar e sugerir ações voltadas ao desenvolvimento sustentável, inclusão digital e modernização da gestão de segurança pública;

VII – Apresentar relatórios de impacto e recomendações para melhorias contínuas;

VIII – Exercer outras atribuições correlatas.





### Seção III

#### Da Corregedoria dos Órgãos de Segurança Pública

**Art. 10** - A Corregedoria dos órgãos de segurança pública, é órgão de controle interno destinado à ação correicional da conduta dos guardas municipais e demais agentes submetidos à SMSPDS, em caráter pessoal e funcional, tendo como titular o Corregedor-Geral, e subsidiariamente o Corregedor, com competências para zelar e promover a moralidade administrativa na corporação, de modo preventivo e correicional, por meio da edição de atos normativos, da realização de ações de fiscalização, investigação e auditoria, e da apuração de infrações durante o exercício funcional.

**Art. 11** - Fica criado, no âmbito da SMSPDS, o cargo de provimento efetivo de Corregedor dos órgãos vinculados à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, hierarquicamente subordinado ao Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, que deverá ser ocupado por servidor efetivo aprovado em concurso público, submetido às normas do Regime Jurídico Único Municipal.

**§ 1º** - O Corregedor-Geral será designado para o cargo através de ato próprio do Chefe do Poder Executivo Municipal, e reportar-se-á hierárquica e administrativamente ao Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, sendo-lhe assegurado gratificação salarial de pelo menos 50% (cinquenta por cento) sobre o salário base da categoria em virtude do exercício do cargo.

**§ 2º** - São atribuições do Corregedor:

I – Assistir o Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social nos assuntos e questões disciplinares dos servidores da Guarda Municipal e de servidores de outros órgãos correlatos, quando solicitado;

II – Manifestar-se, quando solicitado, sobre assuntos de natureza disciplinar que devem ser submetidos à apreciação do Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, bem como solicitar ao Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social;

III – Dirigir, planejar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades correicionais, assim como distribuir os processos da Corregedoria na Guarda Municipal;

IV – Apreciar e encaminhar as representações que lhe forem dirigidas relativamente à atuação irregular de servidores integrantes da Guarda Municipal, bem como determinar a instauração de sindicâncias administrativas e de procedimentos disciplinares, para apuração de infrações disciplinares atribuídas aos referidos servidores;

V – A presidência dos procedimentos administrativos disciplinares de sua competência, que importem em aplicação de penalidade mais grave, podendo delegar a membro da Comissão de Processo Administrativo;





Governo Municipal

**UMARI**

tempo de continuar crescendo

- VI – Responder às consultas formuladas pelos órgãos da Administração Pública sobre assuntos de sua competência;
- VII – Apurar as irregularidades na Guarda Municipal e realizar correções extraordinárias nas unidades da Guarda Municipal, remetendo relatório reservado ao Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social e à Chefia do Poder Executivo municipal;
- VIII – Remeter ao Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, com cópia integral de todas as peças à Chefia do Poder Executivo municipal, relatório circunstanciado sobre a atuação pessoal e funcional dos servidores integrantes da Guarda Municipal, inclusive em estágio probatório, observada a legislação pertinente;
- IX – Submeter ao Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, com cópia integral de todas as peças à Chefia do Poder Executivo municipal, relatório circunstanciado e conclusivo sobre a atuação pessoal e funcional de servidor integrante da Guarda Municipal indicado para o exercício de funções de chefia, observada a legislação pertinente;
- X – Proceder pessoalmente, e sempre que possível, às inspeções ordinárias nas unidades da Guarda Municipal;
- XI – Propor ao Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social e, em grau de instância superior, à Chefia do Poder Executivo municipal, a aplicação de penalidades, na forma prevista na Lei;
- XII – Avocar excepcional e fundamentalmente a apreciação dos processos administrativos disciplinares e sindicâncias administrativas instauradas para apuração de infrações disciplinares imputadas aos Guardas Municipais.
- § 3º** - O cargo de Corregedor dos Órgãos de Segurança Pública será obrigatoriamente ocupado por pessoa com reputação ilibada, formação superior em Direito e comprovada experiência em atividades de controle, fiscalização e correição, relacionadas à segurança pública ou à Administração Pública Municipal.
- § 4º** - Ao Corregedor é vedado:
- I – Receber honorários, percentagens ou custas, a qualquer título e sob qualquer pretexto, salvo se decorrentes do exercício da advocacia privada;
- II – Exercer qualquer outra atividade profissional, ressalvado o exercício do magistério e da advocacia, devendo haver compatibilidade de horários;
- III – Exercer atividade sindical;
- IV – Exercer atividade político-partidária;





Governo Municipal

**UMARI**

tempo de continuar crescendo

V – Praticar ato que configure conflito de interesse com o desempenho do cargo.

§ 5º - Configura conflito de interesses no exercício do cargo:

I – Divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiros, obtida em razão das atividades exercidas;

II – Exercer atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe;

III – Exercer, direta ou indiretamente, atividade que, em razão da sua natureza, seja incompatível com as atribuições do cargo, considerando-se como tal, inclusive, a atividade desenvolvida em áreas ou matérias correlatas;

IV – Praticar ato em benefício de pessoa jurídica da qual participem o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes até o terceiro grau, inclusive afins, quando tal interesse possa beneficiá-los ou influenciar seus atos de gestão;

V – Receber presente de quem tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento; e

VI – Prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada, fiscalizada ou regulada pelo ente ao qual o agente público está vinculado.

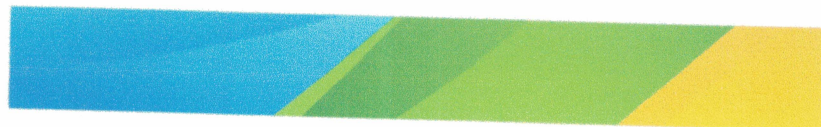
#### **Seção IV** **Da Guarda Municipal**

**Art. 12** - A Guarda Municipal, anteriormente vinculada ao Gabinete do Prefeito, nos termos da Lei Municipal nº 358/2021, passa a ser subordinada à Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social - SMSPPDS, mantendo sua estrutura organizacional, competências e atribuições conforme já estabelecido nas legislações vigentes.

**Parágrafo Único.** O Comandante da Guarda Municipal será designado para o cargo através de ato próprio do Chefe do Poder Executivo Municipal, e reportar-se-á hierárquica e administrativamente ao Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, sendo-lhe assegurado gratificação salarial de pelo menos 50% (cinquenta por cento) sobre o salário base da categoria em virtude do cargo de comandante.

**Art. 13** - As competências, atribuições, e demais aspectos funcionais da Guarda Municipal continuam regidos pela Lei Municipal nº 358, de 10 de maio de 2021, e demais legislações correlatas.





## Seção V

### Da Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento das Forças de Segurança Municipal

**Art. 14** - Compete à Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento das Forças de Segurança Municipal planejar, coordenar e executar as atividades de formação inicial, capacitação continuada, treinamento operacional e desenvolvimento profissional dos servidores da segurança municipal, garantindo a qualificação técnica e a atualização permanente dos conhecimentos necessários ao exercício das funções de segurança pública municipal.

**Art. 15** - Fica criado, no âmbito da SMSPDS, o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Treinamento e Aperfeiçoamento das Forças de Segurança Municipal, de livre nomeação e exoneração da Chefia do Poder Executivo, remunerado pelo símbolo CC III, tendo as seguintes atribuições:

- I – Planejar e coordenar o curso de formação inicial para novos integrantes da Guarda Municipal;
- II – Desenvolver programas de capacitação continuada e especialização profissional;
- III – coordenar treinamentos operacionais, táticos e de atualização técnica;
- IV – Supervisionar a execução de cursos de reciclagem e aperfeiçoamento profissional;
- V – Desenvolver conteúdos didáticos e materiais de treinamento específicos para a Guarda Municipal e para a Defesa Civil, bem como para os demais servidores da segurança municipal;
- VI – Coordenar parcerias com instituições de ensino e centros de treinamento especializados;
- VII – supervisionar a avaliação de desempenho dos participantes dos cursos e treinamentos;
- VIII – manter registro e controle da frequência e aproveitamento dos guardas municipais e dos servidores da Defesa Civil em atividades de capacitação;

## Seção VI

### Coordenador Especial de Apoio Administrativo

**Art. 16** – Fica criado o Cargo de Provimento em Comissão dentro da Estrutura Organizacional da SMSPDS de Coordenador Especial de Apoio Administrativo, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo.





Governo Municipal

**UMARI**

tempo de continuar crescendo

§ 1º - O Coordenador Especial de Apoio Administrativo tem como atribuições principais coordenar, supervisionar e acompanhar as atividades administrativas das unidades da SMSPDs, assegurando o bom funcionamento dos serviços internos, sendo de sua competência organizar processos administrativos, controlar o fluxo de documentos, apoiar a gestão orçamentária e de pessoal, propor medidas para aprimoramento da eficiência e da produtividade do setor, cabendo-lhe prestar suporte aos setores da SMSPDs, garantindo a observância das normas administrativas e a adequada execução das rotinas de trabalho.

§ 2º - O Coordenador Especial de Apoio Administrativo será remunerado pelo símbolo CC IV da Estrutura administrativa Municipal.

### CAPÍTULO III

#### DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

**Art. 17** - Fica criado o Fundo Municipal de Segurança Pública e Defesa Social – FUMSEP, de natureza contábil e financeira, sem personalidade jurídica, com a finalidade de prover recurso para suprir despesas de investimento e custeio, incluindo os encargos de capacitação, aperfeiçoamento, desenvolvimento e modernização das atividades de interesse da segurança pública municipal e defesa social.

**Art. 18** - O FUMSEP financiará ações que tenham por objetivo:

- I – Desenvolver a política municipal de segurança e de defesa social;
- II – Expandir e aperfeiçoar as ações de segurança pública e defesa social;
- III – Prevenir situações que gerem insegurança comunitária;
- IV – Pesquisar sobre diagnóstico de vitimização e dinâmica criminal no Município;
- V – Custear despesas com treinamento dos servidores vinculados à execução da política municipal de segurança pública e defesa social, incluindo as despesas com seu deslocamento, estadia e alojamento, caso esta qualificação seja prestada fora dos limites territoriais do município;
- VI – Qualificar, modernizar e estruturar os órgãos de segurança pública e de defesa social do município;
- VII – Combater a violência e a criminalidade no município;
- VIII – Proporcionar amparo financeiro aos programas, projetos, convênios, termos de cooperação, contratos e ações de segurança pública e de prevenção e combate à violência e à criminalidade, no âmbito das entidades e órgãos públicos municipais que estejam





Governo Municipal

**UMARI**

tempo de continuar crescendo

envolvidos, direta ou indiretamente, em atividades de segurança pública e de defesa social no município;

IX – Adquirir equipamentos relacionados, direta ou indiretamente, à execução da política municipal de segurança pública e de defesa social;

X – Ao financiamento de ações de caráter social e comunitário, preventivas do enfrentamento à violência e criminalidade;

XI – À modernização, reforma e ampliação, aquisição e manutenção das estruturas físicas, de materiais, equipamentos, armamento e viaturas, para os órgãos públicos municipais envolvidos, direta ou indiretamente, em atividades de segurança pública no âmbito do Município, bem como para capacitação de servidores da área de segurança pública municipal;

XII – A programas públicos de prevenção da violência e criminalidade, por meio de campanhas publicitárias, ações comunitárias e desenvolvimento de propostas de melhoria da comunicação interrelacional com a comunidade.

**Art. 19** - Constituem receitas do FUMSEP:

I – As que lhe forem destinados pelas leis orçamentárias;

II – Doações, rendas, auxílios e subvenções específicos, concedidos por órgãos públicos federais, estaduais e por entidades privadas;

III – Os auxílios resultantes da celebração de convênios, parcerias, acordos, ou termos de cooperação entre o Município e os demais órgãos e entidades públicas ou as entidades privadas, nacionais ou internacionais;

IV – As decorrentes de contrapartida ou medidas mitigatórias devidas em virtude de exigência de estudos de impacto urbano;

V – Os rendimentos das aplicações financeiras de suas disponibilidades;

VI – Os recursos das multas pecuniárias obtidas através da fiscalização dos agentes municipais de segurança pública e de defesa social em suas atribuições e segundo a legislação municipal;

VII – Transferência de recursos oriundos do Estado ou da União;

VIII – Outras que lhe sejam destinadas.

**Parágrafo único.** No caso de recebimento de verbas carimbadas, a(s) Secretaria(s) gestora(s) do FUMSEP deverá(ão) obedecer a destinação indicada no instrumento que regula e autoriza o repasse do valor.





Governo Municipal

**UMARI**

tempo de continuar crescendo

**Art. 20** - A gestão do FUMSEP será exercida em conjunto pelos Secretários de Finanças e da Segurança Pública e Defesa Social.

#### CAPÍTULO IV

#### DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – COMSEP

**Art. 21** - Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo do Município de Umari, o Conselho Municipal de Segurança Pública – COMSEP, órgão de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador, com a finalidade de propor, acompanhar, avaliar e fiscalizar as políticas públicas de segurança, defesa social e prevenção à violência no Município.

**Art. 22** - O Conselho Municipal de Segurança Pública – COMSEP tem por objetivos:

- I – Propor diretrizes para a formulação e execução da política municipal de segurança pública e defesa social;
- II – Fomentar a integração entre os órgãos de segurança pública e a comunidade local;
- III – Propor ações voltadas à prevenção da violência e criminalidade;
- IV – Acompanhar e avaliar os programas e projetos de segurança pública executados no município;
- V – Colaborar com o Poder Público na promoção da cultura de paz e cidadania;
- VI – Estimular a participação popular e o controle social das ações de segurança pública;
- VII – Sugerir convênios, parcerias e instrumentos de cooperação com entidades públicas e privadas.

**Art. 23** - O Conselho Municipal de Segurança Pública será composto por membros titulares e suplentes, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, observada a seguinte composição:

I – Representantes do Poder Público Municipal:

- a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social;
- b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- d) 01 (um) representante da Procuradoria-Geral do Município;
- e) 01 (um) representante da Câmara Municipal de Umari.

II – Representantes da sociedade civil:

- a) 01 (um) representante de Associação Comunitária local;





Governo Municipal

**UMARI**

tempo de continuar crescendo

b) 01 (um) representante de entidade religiosa;

III – Representantes das forças de segurança atuantes no Município:

a) 01 (um) representante da Polícia Militar;

b) 01 (um) representante da Guarda Municipal.

§ 1º Os membros e respectivos suplentes serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 2º O Conselho elegerá, dentre seus membros, o Presidente e o Vice-Presidente, para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 3º O exercício das funções no Conselho é considerado serviço público relevante e não remunerado.

**Art. 24 -** Compete ao Conselho Municipal de Segurança Pública:

I – Aprovar o seu regimento interno;

II – Convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;

III – Emitir pareceres, recomendações e relatórios sobre as políticas públicas de segurança;

IV – Acompanhar a execução orçamentária das ações municipais de segurança pública;

V – Deliberar sobre propostas e projetos submetidos à sua apreciação;

VI – Encaminhar ao Prefeito Municipal sugestões e medidas voltadas ao aperfeiçoamento das políticas de segurança e defesa social.

**Art. 25 -** O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada 06 (seis) meses, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

**Art. 26 -** A Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social prestará o apoio técnico, administrativo e financeiro necessário ao funcionamento do Conselho.

**Art. 27 -** O Regimento Interno do Conselho será elaborado e aprovado em até 90 (noventa) dias após sua instalação por meio de Decreto expedido pelo Chefe do poder Executivo municipal.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS





Governo Municipal

**UMARI**

tempo de continuar crescendo

**Art. 28** - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento do Município, que serão suplementadas, se necessário, ficando autorizada a Secretaria Municipal de Finanças e Execução Orçamentária a proceder aos remanejamentos orçamentários necessários.

**Parágrafo único.** As despesas administrativas e de pessoal da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social correrão por conta de dotação orçamentária específica, observados os princípios da transparência, da legalidade, da eficiência e do equilíbrio fiscal, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 29** - O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá expedir decretos e demais atos normativos complementares necessários à plena execução desta Lei, incluindo a regulamentação do funcionamento do Fundo Municipal e do Conselho Municipal de Segurança Pública e Defesa Social.

**Art. 30** - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, AOS 05 DE NOVEMBRO DE 2025.**

**ALEX SANDRO RUFINO FERREIRA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**







Governo Municipal

**UMARI**

tempo de continuar crescendo

**ANEXO I**

**SIMBOLOGIA DOS CARGOS EM COMISSÃO DA ESTRUTURA  
ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA  
PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SMSPDS**

<b>CARGO</b>	<b>SIMBOLOGIA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	CC I	01
SECRETÁRIO MUNICIPAL ADJUNTO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	CC II	01
ASSESSOR ESPECIAL	CC III	01
ASSESSOR DE PROJETOS EM SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	CC III	01
COORDENADOR DE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA MUNICIPAL	CC III	02
COORDENADOR ESPECIAL DE APOIO ADMINISTRATIVO	CC IV	01